

Para refrescar a memória

Gilberto Menezes Côrtes

As previsões para a economia e a vida brasileiras continuam sombrias. Na melhor das hipóteses — sem um novo choque pré-eleitoral — a inflação fecha o ano na faixa dos 650% a 700%. E a economia deve registrar crescimento zero. De quem a culpa? Do Plano Cruzado? Da Constituinte? Não custa nada refrescar a memória, e buscar causas no passado mais remoto, como num divã de analista.

Semana passada, para ser exato, no dia 19 de agosto, completaram-se nove anos de uma guinada na economia brasileira. Por suas consequências profundas na vida econômica, política e social do país, vale à pena chamar de volta o episódio: a substituição do então ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, pelo ministro da Agricultura, Antônio Delfim Netto, no comando da economia do iniciante governo Figueiredo.

Depois de manejá a economia durante os cinco anos do governo Geisel, o professor Simonsen trocou a pasta da Fazenda pela do Planejamento, levando consigo o poderoso Conselho Monetário Nacional, principal colegiado econômico do país, onde tinham assento Delfim Netto e o então ministro do Interior, Mário David Andreazza. Simonsen pregava uma política de crescimento moderado (entre 3% e 5% ao ano) no início do governo Figueiredo para os ajustes necessários nos problemas econômicos — já velhos na ocasião: o balanço de pagamentos, o déficit público e a inflação.

A imprensa registrou o que foram os primeiros cinco meses do governo Figueiredo: a disputa da gasta com a austeridade. Filme já visto para quem acompanha a luta dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu para impor duros cortes no orçamento. Nos tempos de Figueiredo, o time dos “gastadores” era comandado por Andreazza, enquanto a Simonsen cabia o papel de líder dos “austeros”.

Solapado internamente pela pressão de verbas de Andreazza — a ponto de cunhar a moeda “Dreazza” como equivalente a Cr\$ 1 trilhão da época — e pelo ministro da Agricultura, e sem o apoio do general-presidente, este, talvez entretido nas suas escapadelas, de perua e motocicleta, para furtivas aventuras amorosas, Simonsen decidiu sair do governo em 16 de agosto de 1979.

No dia 19, sob aplauso entusiástico do empresariado nacional, em especial as lideranças paulistas, que consideravam a política de desaquecimento proposta por Simonsen sinônimo de recessão, Delfim Netto voltou ao comando da economia com a seguinte palavra de ordem: “Esse país não pode parar”, mandando os empresários “tocarem pau na máquina”.

Apesar de a inflação na época andar na faixa anual de 47,5% (julho), a dívida externa em US\$ 45 bilhões, e o déficit público sob relativo controle frente ao que vemos hoje, esses problemas não podiam ser ignorados. Mesmo assim, o novo ministro do Planejamento, Delfim Netto, quis reviver o “milagre”.

Delfim praticamente antecipou em sete anos o Plano Cruzado (sem choque heterodoxo). Depois de desmontar a política de Simonsen na área externa, e aplicar a primeira maxidesvalorização do cruzeiro (30%), em 7 de dezembro de 1979, decretou que a inflação, a correção monetária, o câmbio e o reajuste de salários — que passou a semestral em novembro, com índices decrescentes para quem recebia acima de três mínimos — ficariam em torno de 50% em 1980 (a inflação chegou a 110,2%).

A economia, efetivamente, cresceu em 1980. Depois de taxas de 4,6% e 4,8% de expansão em 77 e 78, o Produto Interno Bruto aumentou 7,2% em 79 e 9,1% em 80. Mas esse mini *boom* teve graves sequelas. O petróleo, que estava isento do depósito prévio de importações, foi mais uma vez reajustado pela OPEP e voltou a inflacionar a economia antes do Natal de 1979. Imprevidência ou coincidência?

Já no final de 1980 a economia brasileira, pressionada pela escalada sem precedentes dos juros internacionais, mergulhava na sua mais longa recessão. Os 9,2% de crescimento da indústria em 79 tiveram o espelho em 80: queda de produção de exatos 9,2%. Voltou tudo à estaca zero. O PIB encolheu 3,1%.

Nem é preciso dizer — e hoje, como todo engenheiro de obra feita sabe, fica mais fácil a conclusão — que se os empresários tivessem se conformado com o “desaquecimento” e o “crescimento moderado” de Simonsen, o país estaria agora bem diferente. Certamente, o impacto da crise da dívida de 1982 seria menor e o setor público não teria gerado tantos déficits por conta do peso dos juros externos sobre o cronograma financeiro de seus projetos.

Um balanço do que foram esses nove anos, no entanto, é trágico. Entre 1979 e 1987 o PIB industrial cresceu apenas 19,1%, segundo dados do IBGE. Uma média anual de pifios 2,21%. Uma estagnação frente ao crescimento populacional acumulado de 19,22% no período, quando a população saltou de 118 milhões para 142 milhões de habitantes. O PIB global, graças à agricultura que acumulou expansão de 42,44% (média de 4,52% ao ano), aumentou modestos 3,56% ao ano.

O quadro fica mais grave quando se lembra que a mão-de-obra que chega anualmente no mercado de trabalho nasceu há 15/20 anos, quando o índice de crescimento demográfico era de 2,7/2,9%, bem acima dos 2% atuais. Em uma década, considerando a expectativa de crescimento zero este ano, o país cresceu menos do que se pregava para um, dois anos.

Essas observações não podem ser esquecidas quando algumas das cabeças que pressionaram por aquela opção errada querem atribuir ao fracassado Plano Cruzado as mazelas presentes e culpar previamente as decisões da Constituinte por problemas futuros. Nem sempre as elites sabem fazer as opções corretas.

A economia não é uma ciência exata, assim como a política está longe de sê-la. Mas, enquanto os brasileiros não se convencerem de que os principais limites da economia são os físicos; que a procura não pode superar, sem consequências, a oferta de bens e serviços; e que o governo só cria empregos ou faz obras com dois movimentos — botando a mão no bolso dos cidadãos, via impostos, ou fazendo inflação, via emissão de moeda e endividamento — estaremos sempre sujeitos a relembrar as lições do passado mais recente.

Gilberto Menezes Côrtes é jornalista